

**CLIPPING IMPRESSO**

**23/08/2022**



# INDICE

---

1. DESEMBARGADOR	
1.1. JORNAL O PROGRESSO.....	1 - 4
2. POSSE	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	5
3. SEGURANÇA	
3.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	6

## PODER JUDICIÁRIO

# Aprimoramento da segurança do TJMA

Novos equipamentos, treinamentos e capacitações para avanços da segurança do TJMA. As medidas buscam promover condições adequadas de segurança no Judiciário

**P**rocedimentos que objetivam aperfeiçoar a segurança de magistrados, magistradas, servidores e servidoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foram desenvolvidos nos 100 dias de trabalho da atual gestão (2022/2024), por meio da Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar (DSIGM/TJMA).

### MODERNIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO

Desde 19 de julho, militares que atuam no Poder Judiciário maranhense contam com novo armamento institucional e equipamentos de segurança. Os itens contemplam a meta estratégica de padronização de uniforme e equipamentos, cujo objetivo é consolidar a identidade visual dos agentes de segurança do TJMA.

“A tranquilidade para magistrados e servidores exercerem suas funções com eficácia e resultados positivos, para garantir o bom funcionamento da Justiça Estadual, só é possível com a segurança proporcionada pela Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar”, disse o desembargador Paulo Velten, no ato de entrega dos novos aparatos.

Visando o alinhamento dos procedimentos, manuseio e manutenção dos novos equipamentos, os efetivos da segurança institucional do TJMA, passaram por um treinamento teórico e prático, ministrado pelo agente de Polícia Federal, Leonardo Ramos, e pelo Sargento Carlos César, especialista do quadro da DSIGM.



### PROCEDIMENTOS QUE OBJETIVAM APERFEIÇOAR A SEGURANÇA DE MAGISTRADOS

#### PREVENÇÃO DE INCENDIOS

A DSIGM, em conjunto com a Supervisão de Prevenção e Combate a Incêndio, Supervisão de Segurança Eletrônica e Divisão de Inteligência, está realizando treinamentos itinerantes em todos os postos de serviço dos agentes de segurança em unidades judiciais e administrativas do Poder Judiciário maranhense.

15 comarcas já foram contempladas, e espera-se que o treinamento seja realizado em todas as unidades da região metropolitana da capital até o final de 2022.

Na capacitação, os instrutores (policiais e bombeiros militares do quadro da DSIGM) repassam os protocolos de segurança existentes e os procedimentos operacionais devidos, com treinamento para a correta utilização dos equipamentos de raio-x, pórtico detectores de metais, uso de extintores de incêndio e outros sistemas de segurança presentes nas unidades.

#### MELHOR ABORDAGEM

A Diretoria de Segurança Institucional, em parceria com a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM), ofereceu aos militares que atuam no TJMA e a agentes de segurança pública da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil, a capacitação em “Atuação policial frente a grupos vulneráveis”, ministrado pelo professor Ledervan Cazé.

O curso objetivou aprimorar a abordagem dos efetivos com o público vulnerável (aqueles que por questões ligadas a gênero, idade, condição social, deficiência e orientação sexual, tornam-se mais suscetíveis à violação de seus direitos), que procuram atendimento no Poder Judiciário.

A oportunidade possibilitou aos agentes uma reflexão humanizada acerca dos grupos minoritários, colocando-os como potencializadores da garantia dos direitos desse público.

## 'Judiciário é catalisador da política de regularização fundiária', defende Fórum Fundiário de Corregedores da Justiça

Corregedores dos tribunais de Justiça dos estados, reunidos no 1º Fórum Nacional Fundiário das Corregedorias-Gerais da Justiça, reconheceram o Poder Judiciário como “catalisador da política pública de regularização fundiária”, conforme o objetivo constitucional de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Os participantes reafirmaram, na reunião, a competência das Corregedorias dos tribunais dos estados para edição de normas regulamentares específicas, considerando a multiplicidade de situações peculiares nas diversas reali-

dades sociais do País e a necessidade de padronizar os procedimentos de regularização fundiária em áreas de competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Esses e outros posicionamentos foram publicados na “Carta de Campo Grande”, documento com as deliberações em torno da discussão dos temas constantes das palestras e painéis, publicado ao final da primeira reunião do Fórum, realizado em torno da temática A temática central do Fórum foi “Corregedorias como instrumento de cidadania e transformação social”, no

Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande (MS).

Ao final da reunião, o corregedor geral da Justiça do Maranhão, desembargador Froz Sobrinho, foi eleito vice-presidente do Fórum Nacional Fundiário dos Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça. Os juízes Ticiany Maciel Palácio, coordenadora do Núcleo Fundiário da CGJ-MA, e Douglas da Guia, membro, assessoraram o corregedor no Fórum.

**NÚCLEOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** - Na Carta, o Fórum reconhece a importância de disseminar o conhecimento téc-

nico para efetivar a regularização fundiária no país, com esforços para assegurar o direito à moradia e ao desenvolvimento socioeconômico sustentável; fomentar a desburocratização e desjudicialização na temática fundiária e estimular a criação de Núcleo de Regularização Fundiária nas Corregedorias, para a interlocução entre os entes municipais, estaduais, instituições fundiárias e serventias extrajudiciais, com vistas a promover a pacificação social e cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Os desembargadores também concordaram em incentivar a conciliação e mediação na regularização fundiária, como forma de combate à violência e destacar a importância do registrador de imóveis na regularização fundiária, ao conferir segurança jurídica às transações imobiliárias.

Os magistrados manifestaram a necessidade de aproximar o Fórum da Superintendência de Patrimônio da União (SPU) e do INCRA, com o

objetivo de otimizar projetos de regularização fundiária em níveis regional e nacional; e reconheceram que as Diretrizes Voluntárias da Governança Responsável da Terra do Comitê de Segurança Alimentar da FAO constituem garantia de acesso equitativo à terra, erradicação da fome e pobreza, e promoção do desenvolvimento sustentável.

**AMAZÔNIA LEGAL** - Os corregedores aprovaram a proposta da CGJ-MA de insti-

tuir a Câmara Temática da Amazônia Legal no âmbito do Fórum, para tratar da governança de terras da região; e apoiar a realização de Termo de Cooperação a ser firmado pelo Fórum Nacional Fundiário com a Secretaria de Patrimônio da União, para possibilitar que a titulação, em áreas da União, seja transferida diretamente para os beneficiários da regularização fundiária.

Por fim, referendaram a “Carta de Teresina”, do MA-

TOPIBA, que trata das Diretrizes Voluntárias da Governança Responsável da Terra elaboradas pelo Comitê de Segurança Alimentar da FAO nos marcos normativos e projetos liderados pelas Corregedorias da Justiça.

A próxima reunião do Fórum Nacional Fundiário das Corregedorias Gerais da Justiça será realizada de 9 a 11 de novembro de 2022, em Salvador (BA). *(Helena Barbosa – Asscom CGJ)*

Divulgação



**Desembargador Froz Sobrinho (TJMA) foi eleito vice-presidente do Fórum Fundiário de Corregedores**

## CGJMA apresenta painel sobre regularização fundiária na Amazônia Legal

Divulgação



**Froz Sobrinho apresentou proposta de criação de câmara temática da Amazônia Legal - aprovada**

“Regularização Fundiária Rural com Ênfase na Amazônia Legal”. Esse foi o tema do painel apresentado pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) no 1º Fórum Fundiário dos Corregedores Gerais da Justiça. O evento ocorreu durante a realização do 89º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais da Justiça do Brasi, dias 18 e 19 de agosto, em Campo Grande (MS).

A apresentação do painel foi feita por Rafael Zavala e Richard Torsiano, representante e consultor da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), respectivamente. E a juíza auxiliar da CGJ-MA, Ticiany Maciel Palácio, coordenadora do Núcleo Fundiário maranhense, atuou como debatedora.

Durante a reunião, o corregedor geral da Justiça do Maranhão, desembargador

Froz Sobrinho, apresentou a indicação de criação de uma câmara temática sobre Amazônia legal, que tratará sobre questões específicas de regularização de imóveis rurais e urbanos e governança de terras da região, e teve a proposta aprovada por unanimidade e incluída na “Carta de Campo Grande”, com as deliberações da reunião.

### RESTAURAÇÃO DE ECOSISTEMAS

Na apresentação, o representante da ONU Rafael Zavala analisou a conjuntura da fome no mundo e disse que o Brasil enfrenta dois desafios como “locomotiva alimentar”. O primeiro, romper com a dependência na produção de combustível utilizando insumos fósseis, substituindo por biocombustíveis e o segundo desafio, fazer uma agricultura mais biosustentável e me-

lhor governança de terras na Região Amazônica.

“Isso implica em maior interinstitucionalidade, maior diálogo, maiores acordos e uma boa governança, representando não só a sustentabilidade do sistema, mas sua estabilidade”, disse.

O representante da FAO enfatizou que as Nações Unidas, nesta década, estão disseminando a mentalidade de não apenas preservar a biodiversidade, ou mantê-la, ou, ainda, de produzir alimentos mas de restaurar os ecossistemas degradados, como política pública de promoção de um ambiente mais sustentável.

“Estamos em um momento de mudar as formas jurídicas de uso da terra, que sempre foram ou só produtivas, ou só conservação. Agora temos certeza de que podemos fazer um uso mais dinâmico dos recursos naturais, sobretudo no caso das zonas degradadas, que possa ser um sistema de restauração”, enfatizou.

### COLONIZAÇÃO X REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA

Richard Torsiano falou sobre a realidade da Região Amazônica quanto à vulnerabilidade da regularização fundiária e fez uma retrospectiva histórica do processo de colonização pelo Estado brasileiro, do movimento ambiental e da adoção dos primeiros marcos normativos e do início do processo de grilagem de terras na região.

Segundo o consultor, a ocupação da Região Amazônica

por meio de projetos de colonização fomentados por investimentos do Estado brasileiro, com a promessa de desenvolvimento econômico, incentivou comunidades, agricultores e produtores rurais a se fixarem na região.

“O processo migratório continua acontecendo numa ocupação totalmente desordenada, com base, às vezes, na grilagem e no desmatamento e no conflito, mas muitos agricultores e produtores rurais foram pra lá honestamente, na boa-fé, fomentados pelo Estado brasileiro e também vivendo numa situação de informalidade até hoje. Dezenas de comunidades tradicionais, in-

dígenas e quilombolas aguardam o processo de regularização até hoje”, declarou.

O consultor disse ser fundamental que o Estado brasileiro avance na identificação dessas comunidades. “Não há governança de terras em territórios desconhecidos. Nós temos de conhecer Ninguém governa o que não se conhece. E para conhecer, naturalmente, nós temos de ir a campo. Identificar quem está lá, como está e onde está”.

Para isso, ele disse que é preciso fazer um processo de varredura, de identificação e cadastramento das comunidades e levantamento da base de dados, que permita avaliar se

essas pessoas estão, de fato, enquadradas na lei para que possam ser regularizadas.

## AMAZÔNIA LEGAL

Segundo dados apresentados pelo consultor, A Amazônia Legal foi criada pela Lei 5.173/1966. Inclui nove estados e abrange 501 milhões de hectares de área. Representa 58,9% do território brasileiro e abarca 808 municípios, que representam 67% das florestas tropicais do mundo e quase 45% comporta áreas protegidas e habitadas por quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais. **(Helena Barbosa – Asscom CGJ)**

## Empossados juíza da 3ª Vara da Mulher e juiz de Morros

O Tribunal de Justiça do Maranhão deu posse, nesta segunda-feira (22), à juíza Samira Barros Heluy, no cargo de titular da 3ª Vara Especial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha. Em ato conjunto, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, também empossou o juiz Ricardo Augusto Figueiredo Moyses, novo titular da Comarca de Morros. O presidente do TJMA enalteceu o histórico de trabalho dedicado e

compromissado da juíza Samira Heluy e o papel do Judiciário maranhense no combate à violência contra a mulher. “Vamos continuar fazendo aqui tudo que for possível para eliminar essa chaga da nossa sociedade”, frisou Paulo Velten.

O desembargador também registrou a postura do juiz Ricardo Moyses. “Saiba, Ricardo, que nós temos olhos também para juízes com o seu perfil. Juízes que, discretos, têm revelado também um compromisso forte com o Poder Judiciário”.